

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.009](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.009)

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO ESTRATÉGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Jhonathan Martins da Costa

Graduado em História pela Universidade Federal do Acre - UFAC, Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário FAVENI, Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação Superior Euclides da Cunha, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Acre - UFAC, jhonacreano@yahoo.com.br

RESUMO

O século XXI trouxe muitas mudanças sociais e a escola como instituição social tem sido impactada e cobrada por todas essas mudanças. Dentro do sistema educacional brasileiro uma das grandes mudanças provocadas nos últimos anos, sem dúvida, trata-se da expansão da educação especial inclusiva, inicialmente com a garantia da obrigatoriedade da matrícula nas escolas regulares, posteriormente com a defesa da educação de qualidade a todos. Esse avanço tem provocado uma grande transformação no planejamento e na prática das formações docentes, tanto inicial sendo estas oferecidas pelas instituições de ensino superior pública e privada, como continuada ofertada pelos sistemas de ensino de estados e municípios. Com base na reflexão de que a precariedade da formação docente é a principal responsável pela não materialização para a construção de uma escola inclusiva, buscou-se através da pesquisa metodológica qualitativa na exploração de materiais bibliográficos e documentais referendar a máxima apresentada. Diante do quadro posto, apresenta-se a necessidade da construção de uma cultura docente inclusivista, no qual dar-se-á através das formações docentes, devendo estas promoverem a máxima da educação especial que é da identificação das barreiras de aprendizagem destes alunos, a fim de eliminá-las ou reduzi-las, além das habilidades

apresentadas por estes alunos que devem ser potencializadas, para assim, atendermos a todos os discentes com suas respectivas necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Formação Docente, Educação Básica, Educação Especial, Escola Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Muitas foram as transformações sociais ocorridas com a chegada do século XXI. Na mesma locomotiva social de grandes mudanças, a escola passou por várias mutações sendo pertinente sua reestruturação física, curricular, avaliativa e didática. Muitas dessas transformações foram provocadas pela inserção de um novo público na rede regular de ensino do sistema educacional brasileiro, cidadãos que antes frequentavam “escolas especiais” passaram a ter o direito da matrícula na escola regular.

O reconhecimento do direito de todo e qualquer cidadão, independentemente da sua especificidade a matrícula no ensino regular foi um grande avanço proporcionado pelas políticas públicas de educação especial, porém, mais do que o direito de estar na sala de aula, esses alunos merecem terem respeitados o direito de serem protagonistas no seu processo de aprendizagem, perpassando pela qualidade do ensino ofertado a estes.

Para que haja na sala de aula um ensino de qualidade que venha a atender as necessidades educativas especiais de cada aluno, é necessário um olhar diferente para a turma, é necessário um conhecimento teórico-prático sobre as especificidades da educação especial,

É necessária uma crença no aluno, por parte do corpo docente, capaz de estimulá-lo dia após dia, por entender que é possível a aprendizagem por parte de qualquer pessoa.

A educação especial inclusiva surge com esse objetivo da reestruturação do ambiente escolar, afinal, ela desnuda o sistema tradicional homogeneizador de ensino. Ela convoca os professores a assumirem a responsabilidade para com todos os alunos, desconstrói a ideia de que somente os professores especialistas são os responsáveis pelo ensino dos discentes com necessidades educativas especiais.

Sabedores de que a escola é o principal instrumento de combate à discriminação na sociedade, aos professores incubem a tarefa de serem agentes inclusivista e de criarem e manterem uma cultura de respeito ao próximo, para isto faz-se necessário que os docentes tenham prévia convicção das necessidades educativas especiais do corpo discente de sua escola.

Quando assumimos uma turma escolar, visivelmente ela se constitui de um grupo de alunos que, embora exponha alterações nos aspectos físicos e comportamentais, mesclam-se em um grande grupo. Sem que o percebamos, o grande grupo vai gradualmente erigindo, em nosso pensar, uma unidade. Mas, na realidade esta turma não é uma unidade, já que existem um sem números de variáveis ali presentes, que faz de cada aluno uma pessoa individual, cada um tem suas características, o que os tornam seres únicos, que necessitam serem intimamente conhecidos e reconhecidos, se quisermos alcançar o sucesso em nosso processo de ensino.

Uma formação qualificada a docentes, considera que, o ato de educar com êxito alunos com diferentes níveis de desempenho, requer dos professores o uso de diversas maneiras diversificadas de ensino para atender de fato seus discentes. Constantemente professores precisam rever suas práticas de ensino, para se atentarem se estas, são as melhores formas para a promoção da aprendizagem ativa por parte destes.

Por isso, todo corpo docente deve ter um enorme conhecimento a respeito das especificidades dos seus alunos, a fim de proporcionarem um ambiente de ensino adequado para cada um deles. O ambiente escolar, para além da sua finalidade acadêmica deve ser permeado por segurança e pacificidade. O aluno deve se sentir confiante no espaço escolar, afinal, um ambiente inseguro fará com que haja prejuízo no seu processo de ensino.

Nossos docentes necessitam de uma formação que atinja a reflexão a respeito da sua prática pedagógica bem como das habilidades necessárias de manejo de seus alunos. Manejar a turma de forma eficiente é um elemento imprescindível para o ensino eficaz. Os docentes de classes inclusivas, podem ter proveito, somando em seu repertório habilidades de manejo de conteúdo, normas e procedimentos, e fortalecendo essas aptidões para ensinar a todos os alunos.

Todavia, somos sabedores de que este manejo provocado pelas formações docentes com intuito inclusivista, não são tão fáceis como se parecem, afinal, investir numa formação continuada qualificada para professores, é uma tarefa complexa, pela perspectiva de que além do trabalho de uma boa fundamentação teórica, envolve o desafio de reflexão sobre a prática docente, e em

decorrência disso todas essas mudanças já elencada nesta introdução para efetivarmos a inclusão.

Para além disso, precisamos ter como base em nossas formações continuadas para docentes o levante de uma reflexão a respeito da importância de ressignificarmos o conteúdo escolar voltado, por exemplo, para a pessoa com deficiência. Essa formação deve levar em consideração as barreiras de aprendizagem do aluno, bem como suas habilidades já apresentadas, pois, só assim, trabalhando em cima do interesse e das especificidades dos alunos é que iremos obter sucesso nessa jornada educativa.

Objetivasse de forma geral com esse trabalho, realizar um enfoque sobre a importância da formação docente para a construção de uma sala de aula inclusiva e conseqüentemente uma escola inclusiva, contextualizando diversos elementos que se apresentam como indispensáveis na conjuntura do planejamento e execução desta formação. Até porque, fica evidenciado durante a pesquisa que um dos fatores que mais prejudicam a qualidade de ensino é a precariedade da formação pedagógica docente, produzir e compartilhar conhecimento é uma tarefa árdua, complexa e plural, que leva os envolvidos a uma grande reflexão que é o de ressignificar o ato de educar todos os dias.

Para isso, dentre outros objetivos buscou-se de forma específica apresentar, como a precariedade na formação docente corrobora para a não materialização das políticas públicas educacionais inclusivas na construção das escolas inclusivas, além do fato de exponenciar a identificação e combate às barreiras de aprendizagem, bem como das habilidades individuais que são apresentadas pelo corpo discente que devem ser potencializadas o quanto antes para aprimorar essas características do aluno.

Toda e qualquer pessoa é capaz de aprender, desde que estimulado e devidamente mediado. O que ocorre com frequência por desconhecimento das especificidades e habilidades a respeito da diferença, é que o próprio docente traz um olhar discriminatório, classificatório para com o aluno com necessidades específicas. No entanto, devemos desconstruir ou melhor aprimorar e vencer esses estranhamentos iniciais provocados pela diferença, possibilitando aos alunos com necessidades específicas mostrarem seus potenciais.

METODOLOGIA

A este trabalho atribui-se uma investigação qualitativa na qual optei por percorrer a pesquisa através de materiais bibliográficos e documentais. Portanto, a pesquisa metodológica qualitativa norteou a investigação de todo este trabalho a respeito da importância da formação docente na construção de uma escola inclusiva, assim permeando os objetivos pretendidos sobre o objeto da mesma. Vale ressaltar, que a escolha pela linha de pesquisa metodológica está aportada nos estudos de Gil, que declara que:

[...] pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Muitos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

De forma que, consultou-se e aportou-se este artigo no embasamento teórico de muitos estudiosos tanto da área da educação especial inclusiva como da formação docente. O que legitimou o resultado da mesma, contribuindo de forma significativa com a temática investigada, assim, declaro que permeiam os seguintes referenciais teóricos no corpo deste trabalho: Ainscow (2002), Blanco (2007), Booth (2002), Ferreira (2003), Fontes (2007) Glat (2007), Mantoan (2015), Omote (2008) Pletsch (2007) , Sasaki (1998), Schloss (1992), Serra (2008), Stainback(1999). Sendo estes especialistas, que reverberam as ideias tratadas neste artigo.

Assim, que fique evidenciado a todos os leitores de que um professor inclusivo é aquele que pensa em propostas pedagógicas diferenciadas para seus alunos, o professor BEYER (2013)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é o principal instrumento norteador e operacional de mudança social, ao menos, é o que está apregoado nos discursos e projetos políticos de qualquer país. Tornar a escola uma espécie de “remédio social” traz nuances bastante complexas para a reflexão.

Se a sociedade do século XXI se encontra em mutação, a escola precisa mudar e conseqüentemente aqueles responsáveis por sua operacionalização os “professores” devem seguir o mesmo caminho. Assim, estes “precisam adquirir novas habilidades para trabalhar com alunos acadêmica e socialmente deficientes.” (SCHLOSS, 1992, p. 242)

O governo brasileiro desde o começo dos anos 2000, se mostra inclinado para uma reformulação da educação especial, no qual o direito à matrícula de toda e qualquer pessoa na escola comum, passa a ser apenas o início de um projeto maior que era o de garantir no ensino regular uma educação inclusiva, levando qualidade para o processo de ensino e aprendizagem destes independentemente das especificidades apresentadas. Conforme dito por Glat, Pletsch e Fontes (2007, p.344):

Cabe enfatizar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com o decreto N°7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, considera-se como público-alvo desta modalidade de ensino alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Essa reformulação fica evidente com a publicação de diversas leis inclusivas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conforme podemos apreciar:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, art°27)

Para que possamos efetivar toda essa estruturação inclusiva na educação brasileira, faz-se necessário uma grande reformulação na estrutura das formações docentes, tanto inicial como continuada, nossas instituições de ensino superior que ofertam os cursos de licenciatura devem estar inclinadas para uma formação inclusiva.

Sobre isso, GLAT & BLANCO (2007) afirmam que indiscutivelmente, uma das principais barreiras para a transformação da política da educação inclusiva em práticas pedagógicas efetivas, dar-se pela precariedade na formação dos professores e demais agentes educacionais para lidarem com alunos com significativos problemas cognitivos, psicomotores, emocionais e/ou sensoriais, na complexidade de uma turma regular.

O ato de educar, vai além, pois, implica a mobilização de um conjunto de saberes e a incorporação de atitudes que venham a extrapolar a prática mecânica de hábitos discentes e docentes convencionais. Nesse sentido, o processo no qual dar-se-á a formação do corpo de professores, sobretudo, aquelas vinculadas no âmbito da formação continuada, é uma tarefa difícil e complexa, que exige muito mais do que o domínio de conteúdos e de técnicas de ensino e de avaliação do aprendizado.

A formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando uma perspectiva inclusiva de todos os alunos, precisa levar em conta princípios de base que venham instrumentalizar e nortear uma organização de ensino e gestão de classe.

Nessa nova organização de ensino, o professor precisa redimensionar seu sistema de crenças e valores. Pois, formar bons professores, significa compreender que educar eficientemente alunos com diferentes níveis de desempenho requer deles várias abordagens de ensino para satisfazer as necessidades de seus discentes.

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. Professores necessitam reavaliar frequentemente suas práticas de ensino, para determinar se estas estão atendendo as melhores formas possíveis de promoção da aprendizagem ativa desejada pelos educandos, por isso considera-se:

[...] indispensável o treinamento dos atuais e futuros professores comuns e especiais. Esses treinamentos deverão enfatizar os conceitos inclusivistas como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social, modelo social, deficiência, rejeição zero e vida independente (SASSAKI, 1998, p.9)

A preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção da mudança para escolas inclusivas, cada vez mais, se reconhece a importância da contratação de professores que sirvam de modelo para alunos com deficiência. Os programas de formação inicial deverão favorecer a todos uma orientação positiva sobre a deficiência, que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com o suporte dos serviços de apoio disponíveis.

Nesta formação de docentes, atenção especial deverá ser dada para a preparação de todos os professores, para que exerçam sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução, para atender as necessidades especiais dos alunos, bem como para colaborar com os especialistas e responsáveis.

O docente adepto à inclusão conduz a identificação das potencialidades e das necessidades educacionais de cada aluno, seu grau de desempenho atual e seu grau de participação nas várias atividades e ambientes, sendo importante para o planejamento do que ensinar, como ensinar e quando mudar o ensino. STAINBACK (1999), afirma que os professores podem atenciosamente incorporar novos instrumentos em sua prática de forma criteriosa e desenvolver suas potencialidades.

Cada aluno tem suas necessidades educacionais especiais, às quais o professor tem que responder pedagogicamente, caso queira cumprir com seu papel primordial de garantir o acesso, a todos, ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, e ao seu uso na relação com a realidade social na qual nos encontramos inseridos, e que nos cabe transformar. Todo e qualquer aluno pode apresentar necessidades educacionais especiais, ocasional ou permanente. Ao falarmos disso, tratamos da dificuldade específica do aluno, no sentido de focalizar primordialmente não o aluno em si,

mas que resposta a escola pode oferecer a cada um, tornando-se consequentemente um espaço inclusivo.

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para as barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão, uma realidade ainda muito latente nos dias de hoje, percebe-se que:

A realidade da escola desmente suas promessas de acesso igual para todos. As estatísticas sobre os resultados escolares na contemporaneidade contradizem a esperança de que a escola possa servir de escada para que todos consigam melhorar de vida. (CECCON, 2012, p. 22)

O papel da escola e do professor, enquanto mediadores da construção do conhecimento, é essencial. É nesse cenário que as estratégias pedagógicas devem ser elaboradas e organizadas, de maneira a possibilitar aos alunos a aquisição e o desenvolvimento de processos superiores de aprendizagem. Portanto, o educador deve intervir junto ao desenvolvimento de seu aluno através de uma adequada mediação, que propicie as conexões culturais mais importantes para a criança, sempre com leve antecipação ao momento em que se encontra em seu nível evolutivo.

Para que a inclusão se efetive o professor precisa investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo às suas necessidades e propondo atividades que favoreça, o seu desenvolvimento, fazendo com que o educando encontre na escola uma oportunidade de aprender e crescer nos aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sem discriminá-lo por possuir o seu próprio tempo e ritmo de aprender.

Um dos modos de conceber a educação como atividade mediadora é aquele em que a prática educativa escolar é entendida como um momento mais ou menos longo na vida do indivíduo (seus anos de escolarização), pelo qual passa a fim de adquirir as ferramentas culturais para sua atuação no meio social. A função de mediação da educação é concebida como “ponte” que liga dois pontos, uma mera passagem através da qual se atravessa uma

determinada distância de um ponto ao outro. (OLIVEIRA; DUARTE, 1985, p. 95).

Compete ao professor possuir um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar, possibilitando que aquilo que o estudante faz hoje com a ajuda do professor, possa fazer amanhã sozinho. Para isso, a escolha dos recursos educacionais mais apropriados a cada aluno constituirá um dos aspectos mais relevantes da educação especial. Tudo isso, para responder:

como as comunidades, as escolas e os sistemas educativos podem oferecer respostas educativas de boa qualidade pela remoção de barreiras para a aprendizagem, entendidas como obstáculos enfrentados pelos alunos, criando-lhes dificuldades no processo de adquirir e construir conhecimento, bem como para participar e pertencer. Deslocar o eixo das reflexões das necessidades educacionais especiais para a remoção de barreiras à aprendizagem parece uma proposta mais fadada ao êxito, na prática, pois na ideia de remoção de barreiras, todos os atores e autores do e no processo ensino-aprendizagem são considerados como co-participes. (Booth e Ainscow, 2002)

Importante relatar que as barreiras para a aprendizagem, não existe, apenas, porque as pessoas sejam deficientes ou tenham distúrbios de aprendizagem, mas decorrem das expectativas do grupo em relação às suas potencialidades e das relações entre os aprendizes e os recursos humanos e materiais, socialmente disponíveis, para atender suas necessidades. Dizendo de outro modo, as barreiras à aprendizagem dependem do contexto onde são criadas, perpetuadas ou, muitas vezes e, felizmente, eliminadas.

O estabelecimento físico, as culturas, as políticas, o currículo, o método de ensino, o lugar em que os alunos se sentam e a forma de interação são alguns exemplos de barreiras que podem dificultar a vida escolar de qualquer aluno, não só dos que têm alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. A minimização dessas

barreiras, implica a mobilização de recursos – físicos, humanos, políticos etc. (Booth e Ainscow, 2002, p 72)

Um professor que tem clareza epistemológica das bases que fundamentam o conhecimento busca remover tais barreiras no processo de aprendizagem através de investimentos nas peculiaridades e especificidades do modo de aprender dos seus estudantes, reconhecendo para isso a diversidade presente em sala de aula. Evidenciar a remoção de barreiras para a aprendizagem, deve ser visto não como mais uma denominação dirigida a determinados alunos, mas por acreditarmos que, nesta tarefa, se resume a intencionalidade educativa de qualquer educando que veja em cada aluno um cidadão com capacidades a serem desenvolvidas.

Diversos são os fatores que geram barreiras para a aprendizagem, alguns intrínsecos ao aluno e outros externos a ele. Barreiras à aprendizagem fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e se manifestam em qualquer etapa ou fluxo de escolarização. Barreiras existem para todos, mas alguns requerem ajuda e apoio para seu enfrentamento e superação, o que não nos autoriza a rotulá-los como alunos “com defeito”. Se quisermos achar defeitos, certamente temos que procurá-los no próprio sistema educacional ou na escola, seja pela ideologia que perpassa as decisões dos administradores, seja pelas condições em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre.

Todo ser humano é capaz de aprender, desde que estimulado e devidamente mediado. Muitas vezes por desconhecimento das peculiaridades e potencialidades da diferença, o próprio professor traz um olhar discriminatório, classificatório para o estudante com necessidades específicas. No entanto, deve desconstruir ou favorecer a superação dos estranhamentos iniciais provocados pela diferença, possibilitando aos educandos com deficiência mostrarem seus potenciais. Sobre isso destaco a necessidade de:

[...] uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e

necessidades. (SERRA. 2008, p. 33)

Para remover barreiras de aprendizagem é preciso sacudir as estruturas tradicionais sobre as quais nossa escola está assentada. A lógica da transmissão deve ser substituída por uma outra lógica, centrada na aprendizagem e em tudo que possa facilitá-la. Por isso a professora MANTOAN (2015) nos convida a superar o sistema tradicional de ensinar, como um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao que ensinamos aos nossos alunos e ao como ensinamos, afirma que, para ensinar a turma toda, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios.

A inclusão só será concretizada eficientemente quando cada um de nós reconhecer as barreiras que nutrimos e buscar minimizá-las, erradicá-las. A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações (LIMA, 2007, p. 11).

É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desistir nunca de buscar meios que possam ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. Para ensinar a turma toda, temos de ensinar propondo atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos. Paulo Freire, nos faz refletir sobre o fato de que o grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode e quando pode.

A ação educativa requer sensibilidade do educador para com o outro. O educador deve buscar práticas que estimulem o educando a explorar o seu espaço próximo e distante, e ter paciência pois algumas aprendizagens podem ser mais demoradas. Requer do corpo docente uma série de estratégias organizativas e metodológicas dentro da sala de aula, estratégias essa capaz de guiar sua intervenção desde processos reflexivos, que facilitem a construção de uma escola onde se favoreça a aprendizagem do aluno, com uma reinterpretação e não como uma mera transmissão da cultura.

[...] É imprescindível que a instituição educacional fique mais atenta aos interesses, características, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no dia a dia da Instituição e no decorrer do processo de aprendizagem. Dessa forma, o ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um. (FERREIRA, 2003, p.12)

Toda atividade deverá suscitar exploração, descoberta com base nas possibilidades e nos interesses dos alunos, vale salientar que ensinar é um ato coletivo, mas o aprender sempre é individualizado. Para isso, as atividades pedagógicas precisam ser desafiadoras para estimular os alunos a realizá-las, segundo seus níveis de compreensão e desempenho. Rompendo com o ensino tradicional, homogeneizador e mecânico, romper é necessário pois:

A motivação do aluno no contexto escolar é positivamente associada há um tipo de meta de realização que corresponde a um conjunto de cognições ou esquemas mentais envolvendo propósitos, crenças, atribuições e percepções que, por sua vez levam a decisões comportamentais e a reações afetivas. Cada meta de realização representa uma razão específica para o aluno aplicar esforços ou buscar outros objetivos desejáveis. (BORUCHOVITCH; BZUNECK, 2009 p.71)

A ação pedagógica numa escola inclusiva irá requerer que o professor tenha subsídios teóricos e metodológicos para buscar novas formas de ensinar de modo que seja possível o aprofundamento de todos. Isto requer investimentos constantes em práticas investigativas, problematizando o que acontece no cotidiano da sala de aula e buscando referências que favoreçam a aprendizagem. A ação investigativa de sua própria prática possibilitará ao professor compreender como ensinar e promover de fato a inclusão escolar de todos, com ou sem deficiência, além do que:

[...] O ensino inclusivo propõe, acima de tudo, que as condições de ensino, desde a infraestrutura física até as estratégias e recursos didáticos, em sala de aula, sejam amplamente adaptadas para atender às necessidades especiais apresentadas por qualquer

aluno, de maneira a garantir que, independentemente das suas dificuldades, consiga realizar os objetivos educacionais. (OMOTE, 2008, p.26)

Assim, que fique evidenciado a todos os leitores de que um professor inclusivo é aquele que pensa em propostas pedagógicas diferenciadas para seus alunos, o professor BEYER (2013) ao refletir sobre a didática escolar afirma que, os procedimentos didáticos ganham especificidades na medida em que se apresentam cada uma das necessidades dos discentes. É vencendo essas barreiras individuais que tornamos nosso ambiente coletivo mais inclusivo e desta forma construiremos nossas escolas cada vez mais inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho apresentado, evidencia-se a importância da reflexão a respeito do planejamento da formação docente, tanto inicial como continuada. Portanto, se convida as instituições de ensino superior pública e privada, responsáveis pela oferta dos cursos de licenciatura no Brasil e das formações docentes iniciais, bem como os sistemas de ensino responsáveis pelas formações continuadas a um amplo debate e revisão metodológica dessas formações, a fim de promoverem cada vez mais as pautas inclusivas. Não restam dúvidas de que a precariedade dessas formações são as maiores vilãs para o não cumprimento de nossas políticas públicas inclusivas, por isso, precisamos de forma emergencial convocar todos os atores responsáveis por este processo para estarmos juntos na resolução desta problemática.

A inclusão não é um favor, mas um direito. Portanto, incluir vai muito além do que temos hoje, perpassa sobre qualificação profissional; mudanças curriculares, didáticas, metodológicas e avaliativas; acessibilidade do espaço físico e consciência social. Sabedores de que este planejamento versa sobre médio a longo prazo, afinal a inclusão é ponto de partida e não de chegada.

Uma formação docente inclusiva qualificada deve atender alguns requisitos básicos, desde a falência da retórica do não preparo docente para lidar com as diferenças, além da competência docente na busca pela identificação das barreiras de aprendizagem do aluno a fim de que estas possam ser eliminadas ou reduzidas,

bem como da identificação das habilidades destes, para que possam ser contempladas. Essa é a meta da educação especial e conseqüentemente deve estar presente claramente nas formações docentes.

Ninguém é igual fisicamente ao próximo, assim, também dar-se o processo de aprendizagem, é necessário que com essas formações o professor possa individualizar o processo avaliativo, e fazê-lo constantemente e não apenas de forma periódica por meio de provas escritas conforme estabelece o currículo de muitos sistemas de ensino. Digo isto, devido cada indivíduo a tender-se para uma habilidade, ou mais de uma, e esta deve ser identificada, trabalhada e potencializada para assim, cumprirmos com a finalidade da educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. A inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2013. p. 128.

BOOTH, T., : AINSCOW, M.. Índex para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. New Redland, United Kingdom: **SCIE - Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva**, 2002.

BORUCHOVITCH, E., : BZUNECK J, A. A Motivação do Aluno. **Vozes**, Petrópolis, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 06 de maio de 2022.

BRASIL, Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/lei/11346.htm
Acesso em 06 de maio de 2022.

CECCON, C, et al, A Vida e a Escola da Vida. **Vozes**, Petrópolis, 2012

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas In: 26^ª **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Educação** (ANPED), Poços de Caldas, 2003. Anais eletrônicos. Disponível em: Acesso em: 22 DE maio de 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), **Editora Sete Letras**, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**, V. 32, N° 2, P. 343-355, 2007

LIMA, F, J. Barreiras atitudinais: Obstáculos à pessoa com deficiência na escola, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: **Summus**, 2015.

OLIVEIRA, B.A; DUARTE, N. Socialização do saber escolar. São Paulo: **Cortez: Autores Associados**, 1985.

OMOTE, S. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M. (Org.). Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Academia, UNESP/ Marília. **Fundepe Publicações**, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro : **WVA**, P.9, 1998.

SCHLOSS, P. J. Mainstreaming revisited. **The Elementary School Journal**, 92(3), 233-244.1992

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: Santos, Mônica Pereira; Moreira, Marcos. Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: **Cortez**, 2008.

STAINBACK, Susan. e STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. **Artes Médicas**, 1999